

**SCHWARZ, ROBERTO. SEJA COMO FOR:  
ENTREVISTAS, RETRATOS E DOCUMENTOS.  
SÃO PAULO: DUAS CIDADES / EDITORA 34, 2019.**

Nicholas Brown<sup>1</sup>

**SEJA COMO FOR... UMA CONSIDERAÇÃO A MAIS<sup>2</sup>**

“Todo mundo”, escreveu Schlegel (2011, p. 16), “encerra em si um romance”. E, como é esperado, esse fragmento do autor é arrematado com uma alfinetada: “nem todo mundo precisa redigi-lo” (SCHLEGEL, 2011, p. 16). A coleção recente de “entrevistas, retratos e documentos” de Roberto Schwarz poderia apresentar, numa primeira olhada, o aspecto de uma miscelânea. No entanto, é muito mais do que isso e sugere que a ironia de Schlegel está fora do lugar. Por meio do olho de Schwarz para detalhes romanescos, o mundo – aquela parte dele conhecida como “Brasil” – mostra-se repleto de romances não escritos. Uma famosa ensaísta e professora de estética, além de ter sido uma das primeiras mulheres brasileiras de sua geração a alcançar uma posição acadêmica, recorda sua surpresa ao ver professores visitantes da França (dentre eles, Claude Lévi-Strauss) darem aulas a partir de notas e compartilharem suas

---

<sup>1</sup> Departamento de Inglês e Departamento de Estudos Afro-Americanos, Universidade de Illinois Chicago, Estados Unidos.

<sup>2</sup> Gostaria de agradecer a Milton Ohata por seus comentários sobre um rascunho desta crítica ensaística. N.T.: Esta tradução tem como referência uma versão revista da seguinte publicação: Brown, Nicholas. Anyway. *Mediations*, v. 35, n. 1-2, Fall 2021-Spring 2022. Disponível em: < <https://mediationsjournal.org/articles/anyway> >. Extraí as citações feitas por Brown ao livro *Seja como for*, de Roberto Schwarz, da edição brasileira publicada em 2019 pela Duas Cidades e Editora 34, ambas de São Paulo.

bibliografias com os alunos. Uma mudança histórica – a profissionalização da carreira acadêmica, sua separação do *status* decorativo de um adorno de classe (legível no velho e abrangente título honorífico brasileiro, “Doutor”), um processo que permanece incompleto em meu próprio contexto norte-americano – é registrada subjetivamente num leve espanto diante de um jeito estrangeiro de fazer as coisas. Crescida num meio patriarcal e rural (mas com uma referência vanguardista e de esquerda, encontrada num primo, o grande poeta modernista Mário de Andrade), ela nota que não tinha uma mulher sequer como modelo e, apesar de sua admiração pelas mulheres com quem cresceu, ela teria que “pô-las [aquelas mulheres] entre parênteses” (p. 393). Essa frase é a ponta do *iceberg* que é, ao mesmo tempo, afetiva, social e histórica.

O retrato de um diretor de museu, descendente de família rica e filho de um grande pintor, revela que “entre o materialismo de proprietário e a clareza do administrador de esquerda [...], havia mais coisas em comum do que costumamos admitir” (p. 404). Um intelectual de direita (que seria, mais adiante, o redator dos discursos do infame presidente Fernando Collor) é um ferrenho crítico da esquerda – mas se importa muito mais com literatura do que com política. Um meio intelectual boêmio se desenvolveu em torno da biblioteca municipal de São Paulo no final dos anos 1950, onde havia “uma turma que lia muito existencialismo em espanhol, enquanto o pessoal da faculdade lia em francês e se achava mais sério” (p. 274). O grupo de boêmios “lia e poetava como podia, alguns muito bem. Depois a grande maioria sumiu” (p. 274). Entretanto, um que não sumiu é reconhecido pela indústria televisiva como “uma fera para trabalhar” e se tornou um escritor prolífico e célebre de telenovelas (pp. 274-275). Ao ir aos Estados Unidos, Schwarz considera o meio universitário desagradavelmente masculino e a carga de trabalho absurda – tendo os americanos desenvolvido “uma técnica de descrição de texto [...] que permitia escrever vinte páginas corretas quase sem ideias” (p. 286) –, mas, ao retornar para casa, julga o ritmo tão lento que ele tenta continuar “no ritmo que lá havia me parecido um sacrifício horrível” (p. 286). Até mesmo a resenha de um livro apresenta percepções que são, em consonância com o sentimento do movimento histórico, romanescas:

[..] talvez a situação mais corrente hoje seja que as pessoas que gostam de arte continuem sentindo a superioridade imbatível dos artistas modernistas, mas sintam, ao mesmo tempo, que eles, estando mais à altura que todos, assim mesmo não estiveram à altura da dificuldade da situação moderna (p. 356).

Talvez o retrato mais surpreendente de Schwarz é aquele feito sobre o crítico literário e teórico do teatro, Anatol Rosenfeld, que morreu em 1973, mas cujo impacto no teatro brasileiro – particularmente no que diz respeito à assimilação da teoria e da prática brechtianas – pode ser sentido até hoje. Abandonando seu doutorado parcialmente concluído na Universidade de Humboldt, Rosenfeld fugiu, em 1937, para o Brasil, onde, inicialmente, só garantiu as necessidades básicas para a sobrevivência, arrancando ervas daninhas em uma plantação de eucalipto. A tarefa colocou um problema para o recente imigrante, que não conseguia discernir a praga das mudas. No entanto, a história de imigrante de Rosenfeld, tão estritamente circunscrita pela contingência – pense só em como a história teria sido diferente se, como Adorno, ele já tivesse concluído sua tese e começado a construir uma reputação –, também envolve um elemento de liberdade. Schwarz nos permite saber que o seu próprio pai, um advogado emigrado de Viena, tinha sido enviado para carregar bananas no porto de Santos – uma colocação que ele recusou sensatamente. A imersão de Rosenfeld no Brasil é tanto um acidente histórico quanto um projeto deliberado. Ele aprende português no interior, aceita empregos aleatórios, que não envolviam mudas, e, por fim, passa a ganhar a vida como caixeiro viajante. (É difícil não se lembrar vagamente de Seo Vupes do *Grande Sertão* de Guimarães Rosa.) Conhecendo o interior do país de alto a baixo, ele se torna muito conhecido como o “caixeiro das duas malas” – uma para a sua mercadoria, outra para os livros que ele precisava para dar continuidade aos seus estudos. Ao retornar para a cidade de São Paulo, ele começa sua carreira intelectual como um jornalista para a *Crônica Israelita*, cujo público, como o nome da publicação anuncia, é a pequena e insular comunidade de judeus recentemente imigrados em São Paulo – uma comunidade cujos horizontes são, em comparação com aqueles de Rosenfeld, tão estreitos à sua própria maneira quanto aqueles – igualmente estreitos a seu próprio modo – com os quais ele tomou contato no interior. Conforme Schwarz afirma, em sua apresentação de um outro documento notável – a carta autobiográfica de Luiz Gama, um escravo liberto, endereçada a Lúcio de Mendonça, em 1880: “como no bom romance realista, a peripécia inesperada põe a nu a lógica e as virtualidades de uma formação social, mostrando o que há de regra na exceção, de normal no exótico” (p. 345). Tal como a carta de Luiz Gama, *Seja como for* nos faz pensar, entre outras coisas, na “literatura brasileira que podia ter sido e não foi” (p. 345).

Dois outros documentos – ambos pertencentes ao tempo de Schwarz em Paris, no exílio político durante a ditadura brasileira – servem como se fossem suportes do livro. De início, consta um documento perturbador comentado por ele, que apenas o intitula como “Bastidores”. É um relatório, extraído dos arquivos do Dops, o Departamento de Ordem Política e Social – isto é, da polícia secreta –, sobre o emblemático ensaio de Schwarz (1978) “Cultura e política – 1964-1969”. Esse ensaio, uma análise adorniana abrangente sobre as contradições diante de uma esquerda artística e intelectual cujas ligações orgânicas com a política concreta tinham sido brutalmente rompidas pelo regime, é apresentado, sem rodeios, como dizendo respeito a uma “técnica para agitar os meios estudantis através de teatro, cinema, literatura, rádio e TV” (p. 11). A caracterização – atribuindo o trabalho não só a Schwarz, mas também ao seu “time” – não é totalmente falsa, mas é interesseira, dilatando a utilidade política instrumental de um ensaio “cuja tradução em inglês”, de acordo com o relatório, “já está nos arquivos especializados da CIA” (p. 13). Surpreendentemente, um certo perfil do autor do documento já começava a emergir. O ensaio de Schwarz foi publicado pela primeira vez em francês – na “criptocomunista” (p. 12) *Les Temps Modernes*, de Sartre –, e o nosso protagonista se deu ao trabalho de enfatizar, repetidamente, as “18 horas de labor” (p. 11) que gastou para fazer a tradução, a qual, como ele se mostra preocupado em dizer, não foi adequadamente revisada (p. 12), mas que o texto “não precisa de grandes correções para se tornar perfeito” (p. 13). Ele segue descrevendo o comprimento do ensaio em páginas – “com tipos pequenos” (p. 12) – e em horas, estimadas por ele, que seriam gastas para revisar e datilografar de novo. Dessas banalidades torturantes e, sem dúvida, pecuniárias, o nosso comentador se lança numa descrição paranoica da “castração coletiva” (p. 13) que a esquerda planejou implementar no Brasil, dando a entender que o ensaio de Schwarz é parte de um plano coordenado para corromper “instituições vigentes, valores tradicionais da sociedade: família, religião, sexo, dinheiro, personalidade etc. etc.” (p. 13). Esse “etc. etc.” não é peculiar? É como se, no entanto, a tosca paranoia do auge da guerra fria, manifesta pelo nosso protagonista, acabasse por ser *pro forma*. Após descrever o objetivo da esquerda como sendo o de uma “sociedade escravizada, à disposição dos beneficiários da destruição” (p. 13) e após fantasiar sobre uma possível “contra-ação” (p. 13) cultural que uma *intelligentsia* de direita pudesse levar a cabo a partir da análise do texto, o comentário termina, de modo inesperado,

num tom completamente diferente: “Ora, ninguém acreditará que o autor Roberto Schwarz possa ser catalogado como insensato, isto após ler sua prosa que, de insensata tem pouca coisa. Pelo contrário” (p. 14). Quem é essa pessoa que combina o pobre estudante expatriado (ansioso por ter sua inteligência e seu trabalho devidamente valorizados) e o ideólogo de direita (possivelmente inteligente demais para beber seu próprio *Ki-Suco*) com o *connaisseur* de prosa crítica? De repente, um trecho, que pode passar despercebida, ganha novo significado: “O artigo [...] foi escrito [...] durante os meses de outubro de 1969 a fevereiro de 1970” (p. 11). Como ele sabe?

Se o livro começa, se não como tragédia, então, ao menos, com alta tensão e uma possível traição, ele termina como farsa. Em Paris, Schwarz foi um exilado político e também um estudante de pós-graduação. Em posse de seu diploma de mestrado (orientado por René Wellek), da Universidade de Yale, ele seguiu para o doutorado em Estudos Latino-americanos na Universidade de Sorbonne/Paris 3. A tese de Schwarz iria se tornar sua primeira grande monografia: *Ao vencedor as batatas*. No entanto, antes, ele precisaria ser aprovado na defesa. O último documento do livro é uma longa carta que Schwarz escreveu em 1976, após o agendamento de sua defesa, para seu velho professor e mentor, o grande sociólogo e estudioso da literatura, Antônio Candido. Começa assim:

Caro professor,

Por favor não caia da cadeira, mas quem lhe escreve ainda não é doutor (p. 425).

O que se segue é uma descrição das voltas e reviravoltas que levaram a esse contratempo que, por fim, foi, como o tom de Schwarz deixa claro, mais ou menos facilmente resolvido, apesar dos altos riscos assumidos por ele: “É claro que confio mais no meu trabalho que no juízo da banca, mas é fato constatado também que desperto simpatias sobretudo enquanto não há verbas, empregos ou títulos à vista. Enfim, passei uma noite inquieta” (p. 427). O conjunto de personagens é grande – até mesmo a mãe de Schwarz tomou um avião para a ocasião –, mas os principais são: por um lado, o próprio Schwarz, ambicioso, já ciente de seu possível lugar nas letras brasileiras e das realizações históricas que ele e sua geração de intelectuais brasileiros tinham começado a alcançar, mas também ciente do potencial para o atrevimento que vem com a

ambição e a competência; e, por outro lado, a banca de defesa de sua tese, que tinha *status* e segurança e algum nível de realização intelectual, mas que acabava por ser complacente, preguiçosa e incompetente em graus variados. A comédia procede, principalmente, do fato de que o principal antagonista de Schwarz – conhecido por ser politicamente conservador – espera “demolir” a tese, enquanto que o candidato, por sua vez, e apesar de sua ansiedade, aprecia a ideia de que, de um jeito ou de outro, uma confrontação ideológica vai acontecer em torno de seu trabalho. Entretanto, o antagonista acaba por não ter os recursos intelectuais para a confrontação, e o membro da banca mais politicamente afim não tinha lido a tese: “Em lugar da oposição que eu esperava, entre o intelectual de direita e o professorzinho intimidado, estava a oposição entre o bestalhão valentão e o burocrata relapso, interessado em reparar uma besteira feita pelo primeiro” (p. 435). No fim, o agressor se demite da banca, pedindo pela compreensão de Schwarz por suas razões absurdas para assim fazer: “O ogre solicita a compreensão humana do picareta que ele ia demolir” (p. 438). E todo o processo é adiado para outro dia. A carta, imagem espelhada da impressão de Gilda de Mello e Souza ao visitar intelectuais franceses de uma geração anterior, delineia um retrato pouco lisonjeiro da vida intelectual europeia – pelo contrário, trata-se de um retrato que, *mutatis mutandis*, os leitores de outros lugares vão reconhecer.

*Seja como for* é, principalmente, uma coletânea de entrevistas; acabo de descrever os aspectos mais surpreendentes do livro, mas não os mais característicos. Como é de esperar numa coletânea de entrevistas, há uma considerável repetição nas perguntas. Entretanto, apesar de todas as entrevistas terem seu valor – minha edição está completamente anotada –, algumas delas se destacam por serem de particular interesse. Schwarz cresce quando é pressionado por interlocutores de inteligência, intransigência ou sinceridade suficientes. As entrevistas presumem, naturalmente, um grau de familiaridade com a obra de Schwarz e, no que se segue, farei o mesmo.<sup>3</sup>

A primeira entrevista de particular interesse é mais um “debate” entre Schwarz, Luiz Felipe de Alencastro, Francisco de Oliveira, José Arthur Giannotti, Davi Arriguci Jr., Rodrigo Naves e José Antônio Pasta Jr., acerca da monografia de 1990, escrita por Schwarz (2000b), sobre Machado de

---

<sup>3</sup> Tentei compor uma introdução à obra de Schwarz em outra publicação. Cf. BROWN, Nicholas. Roberto Schwarz: Mimesis Beyond Realism. In: BEST, Beverly *et al.* (orgs.). *The Sage Handbook of Frankfurt School Critical Theory*. London: Sage, 2018, pp. 465-478.

Assis. Os leitores provavelmente reconhecem aí uma reunião de algumas das figuras mais significativas na historiografia, filosofia, crítica literária e história da arte brasileiras. Já no começo, Schwarz é pressionado por Alencastro e Oliveira num aspecto central, que passou – sem dúvida, em função de os estudos literários em inglês serem, com notáveis exceções, teoreticamente ecléticos, para sermos delicados, em termos de interpretação – relativamente despercebido da recepção em língua inglesa. Refiro-me ao significado dos grandes romances de Machado de Assis – com seu arguto raio X da estrutura ideológica de uma classe dominante decadente –, que passou, por praticamente um século, oculto, estando na cara. Os romancistas não escrevem para os seus contemporâneos? (pp. 63-65) – pergunta Alencastro, lembrando-nos de que os anos de 1880 foram um interlúdio peculiar na vida da elite brasileira, no interior de uma estrutura econômica e ideológica que já não era explicada pela historiografia dominante. Posto que o Brasil estava, repentinamente, importando cultura ocidental e badulaques que os países dominantes tinham começado a produzir para exportação em seus territórios de além-mar, a falta de encaixe entre a cultura europeia importada e a vida cotidiana brasileira não era uma observação incomum, como Schwarz faz parecer. Então, não estaríamos lidando com duas leituras? De um lado, um aspecto caricatural, que teria sido claro para os contemporâneos de Machado, e, do outro, um aspecto mais incisivamente crítico, destrutivo, que, na verdade, é “uma outra leitura”, que emerge das preocupações de uma posteridade muito mais tardia, com suas próprias críticas a suas classes dominantes? E Oliveira segue com um corolário: apesar da força estética dos romances de Machado do período tardio, seu impacto ideológico foi nulo num momento histórico em que outros autores eram vozes significativas em questões políticas e sociais.

A resposta de Schwarz é abrangente, tocando tanto nos poucos contemporâneos de Machado que parecem tê-lo lido com uma percepção incomum, quanto nos pares contemporâneos de Machado, em sua perspectiva desprovida de ilusões sobre a sociedade brasileira – que não eram liberais literatos, mas, pelo contrário, eram do estrato de políticos conservadores mais pessimistas e desiludidos. Schwarz insiste que o significado dos romances de Machado, ainda que múltiplo e complexo, é uno. “Fatalmente se poderia dizer que essa construção mais dura é uma elaboração *a posteriori* do crítico, setenta anos depois. Mas no caso de Machado não dá pra dizer isso, porque há uma porção de coisas

inteiramente deliberadas na ficção dele que comprovam a intenção” (p. 67). (Ele não responde diretamente aos acréscimos de Oliveira – talvez simplesmente reconhecendo que o sucesso estético e o impacto político são objetivos que não se sobrepõem necessariamente). Schwarz continua apontando que algo similar aconteceu com Baudelaire, cujo teor político, sempre um assunto para se “rir em *petit comité*” (p. 69), foi recuperado para a crítica somente após 1968. E, de fato, esse tipo de perda de significado pode ser mais a regra do que a exceção. A política de autonomia estética, desenvolvida por Schiller, esteve perdida para a maior parte de seus contemporâneos e, então, completamente dissolvida nos dois segundos terços intelectualmente conservadores do século XIX, para ser escavada por Lukács apenas na década de 1930 – e para ser novamente perdida nos últimos cinquenta anos. Enquanto isso, Schiller continuou a ser lido, implementado e apreciado sob todos os tipos de regime político (eis o mistério mais profundo), e sua ideologia estética foi apropriada e transformada numa miríade de formas que tinham muito pouco a ver com o empreendimento original. Numa veia menos política, o projeto estético do impressionismo literário inglês foi entendido em seu momento apenas pelos próprios impressionistas – e talvez nem mesmo por todos eles de forma consciente –, e só lhe foi dada uma forma clara, explícita, mais de cem anos depois, por Michael Fried, em seu recente livro, *What was Literary Impressionism?*.<sup>4</sup>

Talvez o apoio mais forte de Schwarz (e uma resposta para o equívoco de um mal-entendido apreciativo) venha, inesperadamente, de Giannotti, que defende uma interpretação oposta dos romances tardios de Machado como sendo essencialmente melancólicos e satíricos, num modo mais universalista *à la* século XVIII. Se Giannotti pode defender essa interpretação (tradicional), que é descendente da interpretação satírica imputada por Alencastro aos contemporâneos de Machado, então, nós não estamos lidando com um significado histórico e uma construção moderna, mas sim, apenas com interpretações em competição, sendo que ambas devem enfrentar o tribunal do julgamento interpretativo. O fato de que Machado era, em alguns aspectos, pessoalmente conformista não pode decidir a questão. (Giannotti: “o [autor] incompreendido [era] o presidente da Academia Brasileira de Letras” – p. 75; Schwarz: “É como dizer que o Engels era dono de fábrica” – p. 76). Conselheiro

---

<sup>4</sup> N.T. Em português: *O que foi o impressionismo literário?*. Publicado, em inglês, pela Belknap Press, em 2018.

Aires, personagem nos últimos romances de Machado, representa, talvez, precisamente essa figura do não conformismo em *petit comité*. No entanto, ao mesmo tempo, Giannotti (assim como os contemporâneos de Machado) sabe algo que ele não sabe que sabe. Como qualquer um que tenha tentado ensinar Johnson, Pope ou Swift pode comprovar, é precisamente o aspecto da obra deles – a universalização da sátira moral – que Giannotti reivindica para Machado e que, hoje, parece-nos como que desprovido de interesse. Johnson e Pope estão, em grande parte, mortos para nós, e Swift mantém seu interesse precisamente onde ele viu seu moralismo universalizante contra si mesmo. Como uma “Vaidade dos desejos humanos” literária, as *Memórias póstumas de Brás Cubas* perdem todo o interesse. Aquilo a que nós respondemos, sabendo ou não, é ao gosto particular da malícia de Brás, um sabor picante claramente moderno que se impõe já nas primeiras frases do romance. Uma vez que começamos a seguir esse rastro, estamos em território schwarziano.

O debate tem muito mais a oferecer, mas, para dar seguimento, farei apenas mais uma observação que diz respeito ao fato de que toda essa conversa só é possível graças ao discurso autóctone dos estudos brasileiros. Não necessariamente num sentido nacionalista, o trabalho de Schwarz deriva tanto de Marx, Lukács e Adorno quanto de Maria Silvia de Carvalho Franco, Sérgio Buarque de Holanda e Fernando Henrique Cardoso; e o mesmo se aplica, *mutatis mutandis*, para seus interlocutores –, mas no sentido de que o debate emerge de problemas teóricos concretos, sendo eles próprios emergentes de nexos concretos, históricos e políticos. O discurso mais cosmopolita e eclético dos estudos latino-americanos parece – ao menos, para mim, um estranho em ambos os discursos – penosamente abstrato em comparação.

Também merecedora de uma leitura atenta é a entrevista intitulada “Braço de ferro sobre Lukács”. É um documento peculiar no qual a entrevistadora entendeu muito pouco a obra de Schwarz e não muito mais a obra de Lukács; entrevistadora e entrevistado estão constantemente falando com propósitos cruzados. Em certo ponto, em meio à entrevista, a Schwarz, a quem Perry Anderson tinha se referido como “o melhor crítico dialético desde Adorno”,<sup>5</sup> é feita a pergunta: “Você se considera um dialético?” (p. 133). É frustrante e divertido, alternadamente. Ao mesmo

---

<sup>5</sup> N.T.: Trata-se do artigo: ANDERSON, Perry. Lula's Brazil. *London Review of Books*, v. 33, n. 7, 31 mar. 2011. Disponível em: <<https://www.lrb.co.uk/the-paper/v33/no7/perry-anderson/lula-s-brazil>>. Acesso em: 23 jan. 2023.

tempo, Schwarz expõe aqui sua relação com Lukács, sem a circunspeção que sempre me pareceu acompanhar suas observações sobre o assunto. Por um lado, sempre esteve claro que os compromissos estéticos de Schwarz são muito mais generosos, em todos os sentidos da palavra, que os de Lukács. Por outro, as primeiras obras de Schwarz, particularmente sua primeira monografia sobre Machado de Assis, são – em relação ao realismo europeu, à sua compreensão da relação da forma artística com a realidade histórica e a seu compromisso com a forma artística como uma espécie de “sobre-o-que-essencial” ou, ainda, como fazendo afirmações modalmente distintas, ainda que insistentes, sobre a verdade – fortemente influenciadas por Lukács, sob formas que nunca foram negadas e, na verdade, permanecem, salvo engano meu, cruciais, mesmo quando latentes. Para muitos de nós, essas formas correspondem intuitivamente a um “mau Lukács” e a um “bom Lukács”, mas essa dificilmente é uma solução dialética: o próprio Lukács não teria visto a luz entre seu relato simpatizante da estética de Schiller e sua crítica da estética de Flaubert. O que faz a mediação entre as duas?

Primeiro:

[...] pode-se dizer que a análise de Lukács pressupõe [...] uma espécie de unidade da nação. [...] em países como os nossos da América Latina, a unidade significativa não é nacional. [...] eles pertencem a uma unidade que é transnacional desde o início e, para entendê-los direito, é preciso entender também aquele outro polo; um polo significativo de todos os países latino-americanos é externo (pp. 131-132).

Segundo:

Lukács construiu um modelo para a história europeia das ideias e do romance que depende da evolução histórica geral do feudalismo para o capitalismo e para o socialismo. É uma construção poderosa. Ele mostra como esse desenvolvimento funciona ativamente na obra de filósofos e romancistas. Se nos voltarmos para a América Latina, observaremos que essa sequência não existe aqui e que, portanto, ela não é universal. [...] Todos sabemos que o colonialismo e a escravidão colonial não vêm antes dos estados mercantilistas e que são um fenômeno inteiramente moderno (pp. 128-129).

Observa-se como as percepções críticas de Schwarz imediatamente implicam, quanto ao pensamento de Lukács, uma crítica desses dois pontos cegos. A interação dialética desses dois polos do sistema colonial, um vaivém cuja própria existência perturba o modelo “etapista”, é fundamental para a obra de Schwarz, e pode ainda ser dito tratar-se da descoberta fundamental de sua geração intelectual. As pressuposições de

Lukács, um ativo na reflexão sobre a literatura europeia e a filosofia no final do século XVIII e início do XIX – quando a transição nacional para uma ordem burguesa é abertamente a pauta do dia – iriam se tornar uma deficiência exportada para o contexto brasileiro.

Também me parece, embora Schwarz não o diga tão diretamente, que elas se tornam uma deficiência exportada para o final do século XIX e início do XX, até mesmo na Europa, e pode servir para fazer a mediação entre o “bom” e o “mau” Lukács, autor que procura – e raramente encontra – um realismo proletário que terá o mesmo poder representacional que os grandes realismos burgueses. No entanto, a experiência proletária de uma transição para “o socialismo em um único país” não entra em contato com a vanguarda dos desenvolvimentos econômico e político da mesma maneira que a experiência burguesa de uma transição para o capitalismo em um único país tinha feito. Dessa maneira, as experiências decididamente marginais que ocupam, digamos, Joseph Conrad – que registra, numa chave conservadora, a proposta de Fernando Henrique Cardoso para uma dialética de um liberalismo europeu que é falsa na Europa porque é falsa em suas colônias –, terão uma vitalidade sobre realidades que um James Hanley ou um Willi Bredel não podem imaginar.

Há muito mais nesse livro: um breve ensaio fascinante na abertura de *Esau e Jacó*, de Machado, que começa por revelar os mistérios dos últimos romances do escritor e de seu esquivo protagonista, Conselheiro Aires; vislumbres de uma infância de imigrante em que, embora recebendo uma educação secundária medíocre, Schwarz é um intelectual em casa – seus pais tinham frequentado seminários de Lukács em Viena na década de 1920 (p. 117) –, mas esportivo e irrequieto na escola, e flutuante quanto à escolha do curso universitário (pp. 270-271); panoramas proveitosos da maior parte dos principais trabalhos de Schwarz; reflexões valiosas sobre tudo, de maio de 1968 ao estado da cultura e da política brasileira contemporânea. Entretanto, eu seria negligente se não destacasse mais uma longa entrevista com um grupo afiado e bem preparado de jovens pesquisadores, consistindo tanto de professores de Literatura Comparada da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), em Natal, quanto de doutorandos em Teoria Literária e Literatura Brasileira da Universidade de São Paulo (USP). Aqui temos um relance do Schwarz pedagogo, generoso com suas influências e bibliografia, abrindo horizontes e linhas de voo pela literatura e cultura brasileiras, de Graciliano Ramos a Carlos Drummond de Andrade, a

Guimarães Rosa, a Caetano Veloso, gentilmente empurrando seus colegas para longe de linhas improdutivas de pensamento e em direção a ideias que provavelmente são frutíferas. Trata-se claramente de um modelo, mas está cheio também de percepções proveitosas. A passagem sobre Guimarães Rosa e Alencar tranquilamente tem em si um ou dois bons ensaios.

Não há como deixar de observar *Seja como for* ainda por um terceiro ângulo. Suspensa por todo o livro, está a questão do destino do Brasil.

Cinquenta anos atrás [isto é, depois do golpe de 1964], quem marchava com Deus, pela família e a propriedade eram os preteridos pela modernização, representativos do Brasil antigo, que lutava para não desaparecer, mesmo sendo vencedor. Era como se a vitória da direita, com seu baú de ideias obsoletas, fosse um acidente e não bastasse para desmentir a tendência favorável da história. Apesar da derrota do campo adiantado, continuava possível – assim parecia – apostar no trabalho do tempo e na existência do progresso e do futuro. Ao passo que o neo atraso do bolsonarismo, igualmente escandaloso, é de outro tipo e está longe de ser dessueto. A deslaicização da política, a teologia da prosperidade, as armas de fogo na vida civil, o ataque aos radares nas estradas, o ódio aos trabalhadores organizados etc. não são velharias nem são de outro tempo. São antissociais, mas nasceram no terreno da sociedade contemporânea, no vácuo deixado pela falência do Estado. É bem possível que estejam em nosso futuro, caso em que os ultrapassados seríamos nós, os esclarecidos. Sem esquecer que os faróis da modernidade mundial perderam muito de sua luz (pp. 329-330).

Enquanto escrevo isto, o Brasil enfrenta iminentemente, ao menos, uma temporada difícil e polarizada de eleições e de violência política; *seja como for*, o regime Bolsonaro está claramente se preparando para um golpe (em oposição ao golpe parlamentar que, por fim, levou Bolsonaro ao poder). O turbilhão a ser colhido no Brasil após a contraofensiva capitalista, que durou meio século, não é qualitativamente diferente daquele dos Estados Unidos ou de boa parte da Europa, mas o é quantitativamente – e frequentemente nem isso.

O que é histórico-mundial na cultura brasileira desde a década de 1950 – e, nesse quesito, o Brasil golpeia bem acima de seu peso – está intimamente conectado à grande aproximação de classe entre a burguesia progressista anti-imperialista e o “proletariado” no sentido mais amplo, a massa que, separada dos meios de produção, não tem qualquer outro meio de subsistência a não ser vender sua própria força de trabalho – existindo ou não recursos para explorar essa força. Essa aproximação foi o conteúdo social do período pré-revolucionário, que foi interrompido pelo golpe de 1964. Eis a condição de possibilidade e significado social do

Cinema Novo; tanto da Bossa Nova e da MPB quanto do samba autônomo de Paulinho da Viola até chegar em Marisa Monte, Marcelo D2, Lenine e assim por diante; da arquitetura de Lina Bo Bardi, de seu grupo e de seus sucessores; da poesia de Ferreira Gullar; até mesmo, ainda que de uma maneira mediada, dos grandes concretismos de Lygia Clark, Lygia Pape e Hélio Oiticica. É também a condição e o significado social da geração de acadêmicos de Roberto Schwarz: Fernando Henrique Cardoso, Maria Sílvia de Carvalho Franco, Paulo Arantes, Francisco de Oliveira e muitos outros. Como a citação acima sugere, o impulso, na base dessa explosão cultural, continuou sua produtividade muito além da interrupção do movimento social que tinha dado sustentação a essa força cultural: os pesquisadores, que conduziram a entrevista mencionada há pouco, atualmente, já têm suas teses publicadas em livros, mas conversas como as deles podem ainda acontecer em salas de aula nas universidades brasileiras e, nas salas certas, após horas, músicos amadores e profissionais ainda podem ser ouvidos, fazendo juntos música de qualidade extraordinária. Além disso, as obras que se inspiraram nesse desenvolvimento são permanentes. Como Caetano Veloso e Gilberto Gil (1993) disseram, talvez na única canção pop adoniana do mundo, a cultura, em movimentos como o do Cinema Novo e o da Bossa Nova,

Nos salvou

Na dimensão da eternidade

Porém

Ou como Schwarz afirma no seguinte trecho, dando crédito a Hans Magnus Enzensberger pela reflexão: “é mais fácil transformar o subdesenvolvimento em arte do que superá-lo” (p. 321) – o que não significa que transformar subdesenvolvimento em arte duradoura seja fácil. Entretanto, no terreno do real, resistir na esperança de uma redenção benjaminiana é de pouco conforto. Não é por acaso que a canção mais sombria de Caetano sobre o Brasil seja aquela em que há esperança na redenção.<sup>6</sup>

---

<sup>6</sup> Cf. “A luz de Tieta” (1996), canção de Caetano Veloso. A faixa coloca as palavras de Veloso ao som de uma maravilhosa bateria baiana (composta por percussionistas mulheres da Didá Banda Feminina) no contexto de uma gravação de um pop moderno, sob a supervisão do produtor Jacques Morelenbaum, um violoncelista clássico reconhecido. Isso não quer dizer que a política de Veloso e a de Schwarz sejam a mesma. Os leitores saberão que está bem longe de ser este o caso. Como é natural, a política explícita de grandes figuras

A pergunta sobre “o que fazer?” não é, com exceção de algumas poucas sugestões salutares, considerada nessas páginas. Central para qualquer marxismo que valha o seu nome é a máxima hegeliana, mencionada com variações por Marx: *Hic Rhodus, hic salta!* Qualquer atitude que deva ser tomada deve ocorrer no terreno onde realmente nos encontramos; em outras palavras, o que deve ser feito só pode ser concretizado no terreno da situação político-econômico-social-ideológica real. Então, a nossa Rodes é aqui – mas onde está ela? Que horas são? Em *Seja como for*, cujas páginas compreendem várias décadas, Schwarz não empreende uma análise extensa da atual situação político-econômico-social-ideológica no Brasil. Essa análise, que se encontra resenhada neste número da *Remate de Males*, assumirá a forma surpreendente de uma peça para leitura dramática, composta por Schwarz: *Rainha Lira*.

**Traduzido por:  
Vitor Soster<sup>7</sup>**

---

## REFERÊNCIAS

- A luz de Tieta. [Compositor e intérprete:] Caetano Veloso; [intérprete:] Gal Costa. Natasha Records, 1996. 1 CD, single (4:38 min).
- Cinema Novo. [Compositores e intérpretes:] Caetano Veloso e Gilberto Gil. In: *Tropicalia II*. Rio de Janeiro: PolyGram do Brasil, 1993. 1 CD (42:05 min).
- SCHLEGEL, Friedrich. *Fragmente der Frühromantik*. In: STACK, Friedrich; EICHELDINGER, Martina (orgs.). *Fragmente der Frühromantik*. Berlin: Walter de Gruyter, 2011[1798].
- SCHWARZ, Roberto. *Cultura e política, 1964-1969*. In: *O pai de família e outros estudos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978, pp. 61-92.
- SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas*. São Paulo: Editora 34, 2000a.
- SCHWARZ, Roberto. *Um mestre na periferia do capitalismo: Machado de Assis*. São Paulo: Editora 34, 2000b.

Recebido: 12/9/2022

Aceito: 16/10/2022

Publicado: 8/12/2023

---

Brasileiras da segunda metade do século XX é bem flexível. No entanto, se a grandeza deles acho que tem, ela tem a ver com essa aproximação de classe – que, em si, aparece de muitas maneiras, nem todas igualmente ilustradas.

<sup>7</sup> Doutorando em Teoria e História Literária (IEL – Unicamp), com apoio financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), processo 2021/09905-2: <sosterv@gmail.com>.